



3490 7-12 '17

Exmo. Senhor  
Eng. Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
O Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares

Procº nº01.02.01 (PCP)

Assunto: Pergunta nº 258/XIII/3ª de 08 de novembro de 2017

Em resposta ao Ofício n.º 3335, de Vª. Exª., de 08 de novembro de 2017, transmitindo a **pergunta nº 258/XIII/3ª** subscrita pelos Exmo. Senhor **Deputado da Assembleia da República Paulo Sá** do **Grupo Parlamentar do PCP**, encarrega-me o Senhor Ministro da Cultura que informe o seguinte:

O Ministro da Cultura tem conhecimento através da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCAlg) que, no que respeita as verbas disponibilizadas pelo Orçamento de Estado para 2018 para o restauro e conservação das Muralhas da Almedina de Silves, o Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais e Patrimoniais (Eixo Prioritário 4) do PO CRESC Algarve 2020, objeto de consenso regional, incluiu no elenco de intervenções em bens culturais imóveis entre as prioridades de investimento regional de nível 1 (pág. 29), a elaboração do projeto (quantificado) de «diagnóstico e plano geral de intervenção» nas muralhas da almedina de Silves; e entre as intervenções com elegibilidade a realização de obras nas torres 4, 5 e 6 do monumento (pág. 35). Logo que esse mapeamento foi aceite pela Comissão Europeia, a CCDR-Algarve solicitou aos organismos envolvidos que reunissem «as condições operacionais, técnicas e orçamentais» para garantir a capacidade de submissão aos decorrentes avisos; neste sentido, a CM de Silves transmitiu à DRCAlg que aquela autarquia considerava «indispensável a garantia de financiamento para a execução das obras [...] do 'Restauro e Requalificação das Muralhas da Almedina de Silves', uma vez que o respetivo projeto se encontraria àquela data «em fase de conclusão», entendendo ser «fundamental corrigir o Mapeamento da Cultura» – certamente por lapso, dado que a intervenção nas 'torres da Almedina 4, 5 e 6' foi elencada naquele mapeamento (pág. 35), em prioridade 2, pois não dispunha ainda de projeto de execução. Atente-se, porém, que o prazo para apresentação de candidaturas em Prioridade 1 terminou em 23/08/2016 sem que tivesse sido submetida candidatura para o projeto de diagnóstico, e que a candidatura da operação respeitante à empreitada de intervenção nas torres 4, 5 e 6, mapeada em prioridade 2, com candidaturas a decorrer desde 24/08/2016 até 15/02/2017, tão pouco foi submetida. Nestas circunstâncias – e no desconhecimento do estudo de diagnóstico mandado elaborar pela CM de Silves e, na presente data, ainda não apresentado a apreciação da entidade





patrimonialmente competente –, não se dispõe de elementos quantificados para poder orçamentar devidamente as verbas necessárias (componente nacional e financiamento FEDER, respetivamente) à necessária intervenção nas torres 4, 5 e 6.

Em relação as verbas disponibilizadas pelo Orçamento de Estado para 2018 para a continuação dos trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana e musealização do espaço, tem o Ministro da Cultura conhecimento através da DRCAlg que, em 2014, esta Direção Regional propôs a aquisição para o Estado Português da totalidade do imóvel (na posse de particulares na parte não abrangida por Domínio Público Marítimo). Tendo em vista a concretização dessa proposta, o *ribat* da Arrifana foi inscrito no mapeamento do PO Algarve CRESC 2020, Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural / Património Cultural, com prioridade de investimento regional de Nível 1 (Anúncio ALG-14-2016-08). Já em 2017, com vista a desencadear procedimento de aquisição por via do direito privado (e, se necessário, ulterior procedimento de expropriação), e, em articulação com a Direção-Geral do Património Cultural / DGPC, a DRC Algarve solicitou à Agência Portuguesa do Ambiente / APA, a delimitação sobre cartografia, em escala adequada (mínimo 1:5.000), das áreas de propriedade particular e de Domínio Público Marítimo.

Qualquer investimento a fazer no local pressupõe a prévia aquisição da totalidade da área do Monumento Nacional para o Estado Português, mais concretamente a aquisição do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 6728 (artigo matricial 1, secção AN da freguesia de Aljezur), bem como dos prédios urbanos abrangidos no seu perímetro e da titularidade do sítio arqueológico, isto é, qual a área de titularidade privada e qual a área de titularidade pública (Domínio Público Marítimo). Não havendo, neste momento, calendarização nem orçamento previstos para esta operação.

*Sobre a prospeção sistemática, a escavação de vestígios arqueológicos e a conservação do espólio exumado da antiga cidade romana de Balsa, o Governo tem em conta a recomendação Projeto de Resolução do PCP aprovado em da Assembleia da República, e tem dado continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos de 2016 e de 2017, no âmbito das ações de minimização de impacte de projetos agrícolas apresentados para a Quinta da Torre d’Aires, para a Quinta do Vale Formoso e para o sítio do Arroio, propriedades agrícolas abrangidas na área arqueológica de Balsa e na sua Zona Especial de Proteção, foram ali efetuadas prospeções arqueológicas sistemáticas (varrimento visual da superfície do terreno e prospeções por métodos geofísicos) e realizadas escavações arqueológicas de diagnóstico. Isto é, pela primeira vez em quase três décadas, após a abertura do procedimento classificatório dos vestígios da Cidade Romana de Balsa, em 05/07/1990, estão em curso trabalhos preventivos com o devido enquadramento científico, com caráter multidisciplinar, extensivo e inovador, orientados para a produção de conhecimento sobre uma parte muito significativa da área arqueológica da antiga cidade romana. Os resultados desses trabalhos arqueológicos demonstraram que se conservam ainda in situ e em razoável estado de conservação numerosas estruturas pertencentes a edifícios romanos (nomeadamente restos do fórum da antiga cidade) e sequências de depósitos de formação antiga embalando materiais arqueológicos.*





No final do corrente ano de 2017, a DRC Algarve, com a colaboração da Universidade do Algarve, preparou uma proposta de desenvolvimento de um projeto plurianual de Recuperação e Divulgação da Antiga Cidade Romana de Balsa, com uma forte componente de ações imateriais, cujo arranque foi previsto para 2018 e que se propõe candidatar, em articulação com a DGPC. Simultaneamente, encontra-se acautelada a salvaguarda do espólio exumado da antiga cidade romana, nomeadamente daquele que se encontra incorporado nas coleções do Museu Nacional de Arqueologia, resultante dos trabalhos de terreno efetuados na década de 1970 e que foram já substancialmente estudados no âmbito de trabalhos académicos, bem como daquele espólio resultante dos trabalhos atualmente em curso, à guarda dos arqueólogos responsáveis (na qualidade de fiéis depositários, em conformidade com a legislação em vigor) e que, após o seu estudo, deverão ser depositados no Museu Municipal de Tavira, dado tratar-se de museu credenciado pela Rede Portuguesa de Museus.

Relativamente à Orquestra Clássica do Sul, informa-se que ao longo do presente ano o Ministério da Cultura desenvolveu um trabalho de reflexão e avaliação do projeto das três orquestras regionais, em estreita colaboração com a direção das respetivas associações promotoras, visando dotá-las de um estatuto jurídico adequado. Tem sido um diálogo da maior importância, que permitiu, inclusive, aproximar as três entidades promotoras das orquestras regionais e estimular o diálogo e a partilha entre si de experiência e conhecimento. O Ministério da Cultura conhece bem a realidade das orquestras regionais e pretende valorizar a sua missão, bem como assegurar condições de desenvolvimento sustentável, em articulação com as entidades da administração local.

No caso concreto da Orquestra Clássica do Sul, é importante enfatizar o excelente diálogo e espírito de colaboração mantidos com esta instituição e uma séria vontade e capacidade de alcançar maiores resultados, designadamente através da expansão territorial da sua atividade no território, quer ao Alentejo como à região da Andaluzia, em Espanha.

De referir, por fim, que a Orquestra Clássica do Sul é também apoiada no âmbito do Programa 365 Algarve, que permitiu o enriquecimento da sua programação artística, beneficiando neste contexto do apoio financeiro no valor de 272.288€, nas duas edições deste programa.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete

Jorge Leonardo

Rosário Calvão  
Adjunta

Chefe do Gabinete  
(em substituição)